

## **Audição Parlamentar em sede de discussão do Orçamento de Estado na especialidade**

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Excelentíssimos Senhores Deputados,

A Cultura é um bem de acesso universal. Como promover a sua fruição e criação num quadro de grande restrição? Este é o problema que se coloca ao nosso País, como se coloca em vários países europeus.

Como partilhar hoje, como tornar comum hoje aquilo que nos faz comunidade?

As respostas têm de ser ao mesmo tempo encontradas para o curto, o médio e o longo prazo. Para o curto prazo, através de medidas que permitam o cumprimento de serviços a um nível de prestação que, não sendo o desejável, é o possível. Para o médio e o longo prazo, através de medidas de estruturação que garantam a sustentabilidade das prestações públicas mas acima disso, a efetividade do acesso à fruição e criação, conjugando para isso o esforço da sociedade no seu todo.

Para concretizar este objetivo temos de ter a coragem de pensar e avançar para novos paradigmas, sem nos agarrarmos a modelos inviáveis ou nos assustarmos com a incerteza. Os momentos de desafio exigem uma resposta e essa resposta deve ser corajosa e no tempo que vivemos, nova.

A Cultura é ao mesmo tempo um dos principais agregadores e uma das principais fontes de conflito no século XXI. A cultura faz parte de um novo paradigma para pensar e fazer o indivíduo e a sociedade.

É cultural a diferença entre o conjunto de representações que identificamos com o Ocidente e as que identificamos com o Islão. É cultural o renascimento dos nacionalismos na Europa, é cultural a hipervalorização dos bens de consumo em detrimento do valor do indivíduo. Mas são também culturais muitos modos de vida que a sociedade portuguesa adotou em democracia, a hipervalorização do espaço urbano, a dominação do tempo do quotidiano pelos compromissos profissionais, as novas formas de organização familiar, as atitudes face à participação cívica e ao bem comum.

Dirão alguns que tudo isto está errado. Que a Cultura é, ou mero resultado da detenção dos meios de produção ou, no outro extremo, resultado da procura e oferta no mercado.

Mas numa sociedade portuguesa e europeia à procura de novos modelos, numa sociedade global em crise, não basta pensar economicamente, politicamente, socialmente.

A cultura, entre a agregação e o conflito é elemento fundamental da equação do nosso Presente e do nosso Futuro.

As funções do Estado na área da Cultura são, apesar de por vezes assim não parecer, objeto de amplo consenso, seja por via das determinações constitucionais, seja pela leitura dos programas eleitorais do Partido Social Democrata, do CDS-Partido Popular e do Partido Socialista, mas que em muitos pontos fundamentais têm uma abrangência que faz o pleno das representações partidárias na Assembleia da República.

É por isso que considero ser meu dever contribuir para solidificar e racionalizar as funções do Estado na área da Cultura, criando redes estáveis de articulação entre diversas áreas do Governo, com a Administração Local, com os interesses internacionais estratégicos na área da Cultura, com as organizações da sociedade civil que contribuam de forma ativa para a concretização de um serviço público de Cultura e para o acesso e consolidação da fruição e criação cultural, nomeadamente junto dos mais desfavorecidos.

Quero para isso, na senda do que já foi feito pelo meu antecessor imediato, Francisco José Viegas, contribuir para melhorar os modelos de gestão e comunicação interna nos organismos da área da Cultura, sempre tendo como objetivo a orientação para resultados que materializem o serviço público; melhorar os modelos de avaliação quantitativa e qualitativa das ações do Estado e das entidades suportadas pelo Estado na área da Cultura; contribuir para a procura de formas de financiamento e modelos de ação que permitam desenvolver a presença da Cultura na sociedade portuguesa neste contexto de dificuldade nacional e internacional que vivemos; cuidar da concretização dos objetivos e ações decorrentes do Programa do Governo.

Neste contexto difícil e desafiante a nível nacional e internacional, é com muita honra, mas também sentido de responsabilidade, que aceitei o desafio do Senhor Primeiro-Ministro para assumir as funções de Secretário de Estado da Cultura.

É também para mim motivo de grande satisfação que a primeira interpelação pública na qual estou presente seja junto de Vossas Excelências.

Cumprimento as Senhoras Deputadas e Senhores Deputados da maioria parlamentar que suporta o Governo pela forma como neste curto espaço de tempo do meu mandato me têm ajudado a perceber as dinâmicas da vida parlamentar e agradeço aos meus colegas do Governo a ajuda e solidariedade no cumprimento das minhas funções. Agradeço ao meu Gabinete o suporte que neste pouco tempo de mandato me tem prestado.

Cumprimento as Senhoras Deputadas e Senhores Deputados da Oposição Parlamentar, ciente de que todos aqui estamos, a partir de diferentes perspetivas, para cumprir um objetivo comum: servir os Portugueses, tanto

através de respostas para a ação política de curto prazo, como para a garantia das possibilidades dos cenários de médio e longo prazo.

Procurarei nesta intervenção e nas suas subseqüentes contribuir da melhor forma para esclarecer as Senhoras Deputadas e Senhores Deputados em ordem ao conhecimento e, sempre que possível, aperfeiçoamento, das opções em sede de proposta de Orçamento de Estado para o próximo ano na área da Cultura.

Mas porque é essa a minha intenção, também vos peço que compreendam os condicionalismos que ditaram que me apresentasse junto de Vossas Excelências duas semanas e meia depois de ter assumido as minhas atuais funções.

Aproveito a oportunidade para saudar o meu antecessor na tutela da Cultura, por todo o trabalho realizado, da área do Cinema ao Património, do Livro à Museologia, da organização interna à articulação institucional.

E agora entrando nas questões materiais e formais que nos trazem a todos aqui:

É meu propósito cumprir, na medida das minhas capacidades e das condições de contexto, da melhor forma possível o Programa do Governo para a área da Cultura.

Recebo 15 meses de um trabalho de concretização do Programa do XIX Governo Constitucional na área da Cultura, no quadro de um tempo de desempenho que corresponde, naturalmente, ao de uma legislatura. É meu dever continuar a desenvolvê-lo na perspetiva desse horizonte, cuidando sem escusas das necessidades imediatas, procurando articular as decisões de curto prazo, programando o médio e longo prazo.

No que respeita a necessidades imediatas, quero informar-vos que assinei ontem ao fim do dia o despacho que autoriza o aviso de abertura dos concursos de apoio às artes, tripartidos, pontuais, anuais e plurianuais da **Direção Geral das Artes**. Com um montante global equivalente ao ano de 2012, estes concursos, apesar de se integrarem na legislação em vigor, correspondem a um novo paradigma, pois alteram de forma significativa a ponderação dos apoios a distribuir: haverá uma verba menor para os apoios directos e uma verba maior para os acordos tripartidos. Pretende-se com esta alteração reconhecer não só o papel de estruturas culturais sedimentadas no território como promover a articulação da administração central com as autarquias locais e a sociedade civil. Ao mesmo tempo, ao incentivar esse tipo de estruturas a candidatarem-se a acordos tripartidos, procurando com as mesmas contribuir para uma rede de organizações culturais no território, liberta-se oportunidades para as organizações e projetos culturais menos focados no território ou mais recentes na sua atividade no âmbito dos apoios directos.

Quero também informar-vos que os valores de apoio a organizações culturais pendentes, também na DGArtes, relativos a obrigações assumidas para o último trimestre de 2012 estão desbloqueados e serão pagos com a brevidade possível.

Na área do **Cinema**, reuni com os agentes do sector na semana passada e está a decorrer esta semana um processo de consultas do ICA com os mesmos, com o objetivo de, terminado que foi o prazo de audição relativo à regulamentação da Lei do Cinema no passado dia 26 de Outubro, seja possível, com os contributos em sede de audição e a auscultação direta dos agentes, encontrar formulações equitativas na regulamentação da Lei do Cinema, com o objetivo de concretizar a aprovação do respetivo decreto-lei até ao próximo dia 06 de Dezembro, abrindo as condições para os concursos para a área do cinema sejam abertos no início do próximo ano.

O **Plano Nacional de Cinema**, desenvolvido numa parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura e o Ministério da Educação e Ciência, é uma iniciativa em fase implementação, desenvolvida no âmbito da nova Lei do Cinema e do Audiovisual. Neste contexto, e após a definição das linhas gerais para o desenvolvimento da iniciativa, incluindo a seleção dos filmes, das escolas participantes no ano-piloto, das sessões e respectivos conteúdos e dos locais de apresentação, deu-se já início ao plano de formação dos professores coordenadores envolvidos na ação. A utilização dos instrumentos de monitorização desde ano-piloto e o mapeamento de toda a logística da ação deverão assegurar, no futuro, a extensão do programa a todos os níveis do ensino e o alargamento da iniciativa ao maior número de escolas possível.

Este domínio de intervenção será alargado a outras áreas artísticas em estreita colaboração com o Ministério da Educação e Ciência.

### **Processos de classificação patrimonial**

O universo atualmente existente, e em análise nos serviços da DGPC é de 486 processos, e destes, 102 encontram-se no Gabinete e seguirão para publicação imediata.

Permanecem, neste momento na DGPC 384 processos, encontrando-se para 180 a decorrer o prazo de audiência de interessados (30 dias), prevendo-se que estejam todos despachados até 31 de Dezembro.

### **Rede Portuguesa de Museus**

Pela circunstância de mudanças institucionais ocorridas, a atividade da RPM sofreu uma desaceleração.

No entanto, neste momento foi já elaborado um plano estratégico para a RPM, tendo sido já retomados os processos de credenciação de museus, o acompanhamento das atividades dos museus já integrados na RPM, o apoio técnico, assim como a divulgação das atividades dos museus integrados na Rede.

Para além do referido, deseja-se uma maior territorialização, assim como maior horizontalidade na sua esfera de atuação.

Pretende-se também desenvolver e divulgar o conceito de "marca" de qualidade dos museus RPM.

#### Património imaterial

Já está disponível uma nova infraestrutura informática, o Programa Matriz PCI (**Património Cultural Imaterial**), concebida pela DGPC, que poderá funcionar em rede, pelo que irá permitir recolha de dados em todo o território. Foram igualmente definidas regras para a recolha de informação, e que irá permitir a realização de um Inventário Base do Património Imaterial.

Portugal é um dos primeiros países do mundo a dispor de legislação específica para a salvaguarda do PCI, desenvolvida de harmonia com a Convenção UNESCO de 2003. De igual modo, Portugal apresenta-se como pioneiro em virtude de ter estabelecido o seu Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, que, pelas suas características conceptuais, tecnológicas e operacionais, integralmente adequadas às exigências da UNESCO em matéria de inventário do PCI, concorrem para que este sistema, disponível ao público desde 2011, se constitua como único a nível internacional.

No domínio das **atividades de apoio sócio-cultural**, a desenvolver no âmbito das medidas de proximidade, nomeadamente, através das Direções regionais de Cultura, é de realçar o papel extraordinário, muitas vezes esquecido ou deixado em segundo plano das organizações de cultura e recreio, do teatro amador, das bandas filarmónicas, dos conservatórios regionais. Estas e outras estruturas, na maior parte dos casos estruturas de base, são um exemplo assinalável de persistência, dedicação e generosidade ao longo de décadas e que merecem maior proximidade e uma presença mais estimulante da Secretaria de Estado da Cultura.

#### **Direitos de autor e direitos conexos**

Ainda este ano vão ser colocados em processo legislativo os diplomas da cópia privada, de regulação das entidades de gestão colectiva de direito de autor e de combate à pirataria no contexto digital. Estas medidas visam reforçar a proteção dos direitos de propriedade intelectual, que são fundamentais para a economia criativa e o empreendedorismo na área da cultura, estimulando o financiamento privado das atividades culturais. Estas medidas significam a afirmação de que é fundamental assegurar o retorno efetivo do investimento na criação, sem descuidar as funções sociais e culturais das entidades de gestão na divulgação da cultura nacional e na proteção dos criadores e dos artistas nacionais, mas também um avanço significativo na criação de condições para que Portugal possa afirmar-se como um país atrativo para o investimento nacional e internacional, em sectores como a música, o audiovisual, o design ou a literatura.

Finalmente, as **indústrias criativas e as políticas internacionais**:

As indústrias culturais e criativas dão já um contributo significativo para a economia do país, tal como acontece na generalidade dos países europeus. A cultura e a inovação estão na base de criação de valor sustentável e são uma excelente plataforma para a projeção de Portugal no Mundo. A cultura é ainda uma fonte inesgotável de diferenciação, inovação e criatividade sendo por isso um vector estratégico para o posicionamento de Portugal no mundo e para criação de condições para se ultrapassar as dificuldades que nos condicionam no presente.

O contributo da Cultura é por isso transversal a todos os sectores da governação. A Secretaria de Estado da Cultura procurará pois articular-se com outros departamentos do Estado por forma a tirar o melhor partido deste potencial, tanto no que diz respeito à criação e fruição cultural como no que diz respeito à sua transferência para domínios da inovação social e empresarial.

O **Balcão + Cultura** é um exemplo do esforço que se fez de coordenação com entidades como o IAPMEI, tal como o projecto-piloto para o ano letivo 2013-2014 em que se irão testar diferentes metodologias de aprendizagem utilizadas transversalmente na educação para empreendedorismo em parceria com a Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário e também em articulação com autarquias locais.

A **estratégia de promoção internacional da cultura portuguesa** é um projeto fundamental para o País e está já prevista uma reunião entre os organismos com presença internacional da área da Cultura com o AICEP, o Turismo de Portugal e o Instituto Camões. Neste trabalho, procurar-se-á reforçar o valor da política da Língua, da circulação de criadores e outros agentes da área da Cultura, da afirmação das nossas artes contemporâneas a nível externo, num período em que tanto o cinema como outras áreas da criação portuguesa têm sido objeto de grande atenção a nível internacional.

O orçamento da Cultura para 2013 fixa-se em 189,7 milhões de euros, ao nível do orçamento de 2012. De 2000 a 2012, a tendência do OE na área da Cultura, independentemente do Governo no Poder, variou, com predominância para a sua queda. O corte do orçamento de 2012 em relação a 2011, perante a extraordinária situação do País, não aconteceu como se sabe só na área da Cultura mas em todas as áreas da governação e continua uma tendência iniciada pelo anterior Governo.

A redução da despesa aconteceu também nas despesas com o quadro de pessoal. Esta redução, todavia, não foi feita através de despedimentos. Bem

sabemos que os Portugueses não são números e que atrás de cada trabalhador está uma família, uma história e uma procura da dignidade.

A estimativa de decréscimo de despesa com pessoal de 2012 para 2013 é de 2,8 milhões de euros.

Na origem da redução está a reestruturação orgânica operada no âmbito do PREMAC com a redução do número de cargos dirigentes e redução de trabalhadores obtida pelo congelamento de novas entradas na sequência de aposentações e redução dos quadros de pessoal no âmbito da meta transversal a todo o Governo de 2% que esta Secretaria de Estado já cumpriu e ultrapassou.

A nossa tarefa é uma tarefa muito difícil e exigente. É uma tarefa necessária no quadro da situação atual, mas que todos temos de perceber que deve ser vista como parte de uma alteração sistémica e não só de um simples acidente de percurso. Engana-se quem pensa que a situação europeia está simplesmente a passar por um mau momento e que tudo vai ser como dantes. Mas o que é esse dantes? Os últimos 20 anos? O pós- II Grande Guerra? Nós estamos a passar por uma mudança de paradigma e vivemos o impressionante desafio de não ser possível ter certezas sobre o caminho que temos pela frente, oportunidade do momento histórico que temos de aproveitar não para pulverizarmos os nossos esforços em diatribes menores mas em orientar o pensamento e a ação para o que é fundamental.

A Cultura não é, não pode ser, o circo das sociedades ocidentais. Alguma coisa que se dispense quando as dificuldades apertam. A cultura é um elemento crítico do devir pessoal e social, da qualidade de vida dos indivíduos e das populações, da construção de uma democracia de cidadãos. A estabilização da despesa neste domínio em 2013 e a procura de novas formas de organização e articulação vai no sentido de contribuir para um futuro mais sustentável para o qual **todos** temos de contribuir.

Muito obrigado